

Editorial

Nossa Revista chega ao número 141, prosseguindo na caminhada inaugurada em julho de 1974, mais de quarenta anos atrás. Sua linha editorial, ao longo desse tempo, alterou-se no sentido de se adequar aos novos tempos, aos novos interesses dos leitores, ao novo Direito com que lidam os operadores jurídicos da contemporaneidade.

Em todos esses momentos, nossa Revista publicou artigos doutrinários, jurisprudência, comentários à jurisprudência, resenhas de livros. Por suas páginas passaram os melhores juristas, dando imprescindível contribuição para a melhor exegese das novidades legislativas ou para aprofundar a reflexão sobre temas jurídicos de interesse e atualidade permanentes.

Esta edição mantém o perfil diversificado que caracteriza nossa revista. Contém artigos versando processo civil (Alexandre Freire Pimentel – *O procedimento das ações de família (de jurisdição contenciosa e voluntária) no CPC/2015*), direito civil (Rafael Henrique Ozelame – *Contrato de seguro como instrumento de desenvolvimento social*), responsabilidade civil e direito do consumidor (Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho – *Lesão ao tempo: configuração e reparação nas relações de consumo*; Cláudio Kaminski Tavares – *Da concessão obrigatória de descontos ou meia porção para consumidores submetidos à cirurgia de redução de estômago*); direito penal (Francine Machado de Paula – *A crise do sistema penal: a justiça restaurativa seria a solução?*), direito eleitoral (Ruy Samuel Espíndola – *Prescrição da pena criminal e inelegibilidade: temas inexplorados e futuros overruling's na jurisprudência do TSE*), direito público e teorias da justiça (Adriana Timoteo dos Santos Zagurski – *Autoestima e igualdade de oportunidades no âmbito das políticas públicas: uma abordagem a partir da teoria moral de John Rawls*), direitos humanos e fundamentais, especialmente em suas aplicações judiciais (Rodrigo Garcia Schwarz – *Os direitos sociais como direitos fundamentais e a judicialização de políticas: algumas considerações*; Gonzalo Aguilar Cavallo – *Los derechos humanos como límites a la democracia a la luz de la jurisprudencia de la Corte Interamericana de derechos humanos*; Rainer Grigolo de Oliveira Alves, Ana Paula de Oliveira Ávila e Priscila Goergen Brust- Renck – *Os direitos humanos e o direito civil: diretivas da convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência para um regime inclusivo da capacidade civil*), temas de direito internacional (Alexandre Coutinho Pagliarini – *Direito constitucional internacional, reforma das Nações Unidas e Corte Constitucional Internacional*; Luísa Zuardi Niencheski – *Concorrência entre normas internacionais ambientais e comerciais: possibilidade de harmonização através do “diálogo das fontes”*), e justiça de transição (Luiz Felipe Nunes e Rogério Gesta Leal – *Ativismo e jurisdição constitucional: o papel da Corte Interamericana de direitos humanos na justiça de transição brasileira – verdade, memória e justiça*).

Todos os artigos foram selecionados pelo sistema de *Double Blind Review*, pelo qual os artigos encaminhados pelos autores à nossa revista são submetidos à análise de dois pareceristas externos – todos professores doutores –, sem identificação do articulista. Somente com a aprovação de ambos (ou de um terceiro desempatador, em caso de pareceres divergentes) é que o artigo é selecionado.

Temos certeza de que a qualidade dos artigos e a relevância dos seus autores agradará ao nosso público leitor, sempre interessado em aprimorar e aprofundar sua cultura jurídica sobre temas de momentânea ou permanente relevância.

A todos desejamos uma boa leitura.

Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet,
Diretor da Revista

Prof. Dr. Eugênio Facchini Neto,
Coordenador do Conselho Editorial